

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CASTELO DE PAIVA, REALIZADA
NO DIA 9 DE JUNHO DE 2011.**

No dia nove de Junho de dois mil e onze, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com as presenças do Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues, e dos Vereadores Rui César de Sousa Albergaria e Castro, Paulo Ramalheira Teixeira, Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, e José Manuel Moreira de Carvalho. ***

Secretariou a reunião o responsável pela coordenação da Divisão de Administração Geral, Vasco André Moreira Pimenta. ***

Eram dez horas e quarenta minutos, quando o Senhor Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião. ***

Faltou por motivo justificado a Vereadora Judite Manuela de Castro Rocha Quintas. ***

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Sr. Presidente deu início à reunião justificando a falta da Dra. Judite Quintas por motivos profissionais. ***

A seguir, referiu que face àquilo que têm sido as reuniões do executivo, e o excessivo tempo que tem durado o período antes da ordem do dia, entendeu fazer um ponto de ordem com base no regimento da Câmara Municipal, e esclarecer o tempo que existe para o efeito que são 40 minutos. Pediu para que esse tempo fosse cumprido, solicitando ao Dr. André Pimenta, secretário da reunião, que desse indicação aos Senhores Vereadores do tempo disponível para cada intervenção, e para que desse uma rápida explicação do regimento em vigor, o que foi feito. ***

O Sr. Presidente da Câmara começou por saudar a forma como decorreram as eleições legislativas, agradecendo a todos os que compuseram as mesas de voto pelo trabalho efectuado. ***

Felicitou o vencedor das eleições legislativas, Dr. Paços Coelho, futuro Primeiro-Ministro. ***

RO. 9 Junho 2011.

Deu nota que vão arrancar obras de reabilitação da Ponte de Pedorido sobre o Rio Arda, e que a consignação da empreitada está prevista para o próximo dia 15 de Junho. Uma obra importante, que ronda cerca de € 1.000.000,00, e que é da responsabilidade das Estradas de Portugal. ***

Deu conhecimento que no dia 1 de Junho esteve presente na assinatura do contrato de financiamento da obra do Cais do Castelo no Convento de Arouca, que traduz uma importante aposta no turismo da nossa região. ***

Referiu que participou na caminhada da Primavera da Santa Casa da Misericórdia, tendo agradecido o convite que lhe foi feito, felicitando as instituições que participaram no evento. ***

Salientou igualmente a forma positiva como decorreu a Feira Social em Castelo de Paiva, agradecendo a colaboração dada pelos funcionários municipais, a presença das diversas instituições e dos convidados. ***

Felicitou o Rancho Folclórico de Castelo de Paiva pela participação no festival internacional ocorrido na cidade de Bourges, França. Foi uma oportunidade para confraternizar com a extensa comunidade Portuguesa aí presente, e de dar a conhecer o nosso folclore e as nossas tradições. ***

O Sr. Presidente da Câmara finalizou a sua intervenção dando oportunidade aos senhores Vereadores que quisessem intervir. ***

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para dar nota dos oito alunos do ensino básico do nosso concelho que participaram na final nacional do “Gira-Vólei”, que decorreu nos dias 3 e 4 de Junho em Castelo de Vide. Trata-se de uma actividade que está a ser implementada junto dos agrupamentos escolares no âmbito do desporto escolar, que tem demonstrado, ano após ano, ter muito sucesso. ***

Deu conhecimento que esteve presente no Festival de Folclore organizado pelo Rancho Folclórico de S. Martinho, tendo endereçado os parabéns a essa associação pela excelente organização. ***

Endereçou uma felicitação ao Grupo Desportivo de Castelo de Paiva pela conquista de mais um título de Campeão Nacional, aos seus atletas, e em particular à Amélia Vieira, campeã sub-23, e ao Carlos Silva, campeão em veteranos. É uma das colectividades que muito honra ter em Castelo de Paiva. ***

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para comunicar ao Vereador Paulo Teixeira que tinha os elementos e informações que tinha solicitado. ***

O Vereador Rui César interveio para se congratular com a forma como decorreu o acto eleitoral em Castelo de Paiva e, pelo resultado obtido pelo PSD no concelho e no país, esperando que seja possível levar a missão a bom porto com uma política diferente da que vinha a ser seguida. ***

Cumprimentou o deputado do Bloco de Esquerda eleito pelo concelho de Castelo de Paiva, esperando que seja um porta-voz dos anseios dos Paivenses, assumindo que é desta terra. ***

Congratulou-se com a assinatura do protocolo de financiamento do Cais do Castelo. É um projecto com longos anos, iniciado e incluído no PROVER há quatro anos pela ADRIMAG. ***

Referiu que na altura a Câmara bateu-se, e bem, pela inclusão deste projecto como projecto “Âncora” do PROVER, sendo mais uma etapa vencida que enche o PSD de orgulho pelo trabalho realizado. ***

Sobre os trabalhos na conduta de água em alta já realizados até ao hotel “Douro 41”, questionou o que é que o executivo em permanência está a prever fazer como abastecimento de água para a zona da Rai-va? ***

Disse que há uns anos atrás, com a Junta de Freguesia, houve contactos no sentido de a Câmara Municipal tomar conta da água em baixa da Associação “Pró – Águas”. Na altura não foi possível chegar a acordo, e uma vez que a ligação está feita e não foi deixada derivação para um depósito que terá de ser instalado, ou utilizar o daquela Associação naquela região, gostaria de saber o que está previsto neste âmbito sendo certo que é a única zona do concelho que não é servida com água do rio Paiva? ***

Saudou o facto de o Grupo Cénico de Bairros voltar à actividade com o apoio de Bairristas, de instituições da região e de muita gente anónima. Saudou de forma especial todos aqueles que trabalham em prol do desenvolvimento da cultura do concelho, em especial do Grupo Cénico de Bairros. ***

Associou-se de igual modo às felicitações ao Grupo Desportivo de Castelo de Paiva. ***

Quanto à questão do tempo das intervenções, disse que os membros da oposição olham para este facto com preocupação. ***

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara não lida bem com a crítica, não gosta de ser questionado, e o facto de cada Vereador agora só ter cinco minutos é sintomático da forma como faz política. Isto acontece porque o trabalho está a correr mal ao executivo municipal, e uma maneira de lidar com a situação é diminuir o tempo do período antes da ordem do dia. ***

Salientou que é a primeira vez que tal acontece, e que quando aprovaram o Regimento perceberam que era isso que estaria implícito, mas, acharam que não teriam coragem de ir tão longe. O que o executivo está a tentar fazer é silenciar a voz da minoria da Câmara Municipal. É lamentável que aconteça, disse, e sentem que a democracia em Castelo de Paiva sofreu um grande revés. ***

Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que voltasse a trás na sua posição, referindo sentirem-se violentados na sua acção política em Castelo de Paiva. ***

Disse ainda saber que o período antes da ordem do dia não tinha um tempo indeterminado, mas acha que o Sr. Presidente da Câmara e a maioria, devia estar disponível o tempo que fosse necessário para debater as questões que acham que são importantes para o concelho. Reiterou que é uma posição que não compreendem e que não apoiam, e que vão dar nota disto à população de Castelo de Paiva, sendo que, a maioria dos Paivenses não votou neste executivo e portanto, está-se a diminuir a acção política do PSD.***

Mencionou que hoje em dia muita gente se sente enganada por este executivo municipal, que começa a sentir que não era esta a mudança

que queria para o concelho de Castelo de Paiva. Alertou que com este comportamento, muita gente vai ficar impressionada, havendo já um clima de medo no concelho. ***

Esta actuação do Sr. Presidente da Câmara, disse, vem contribuir para acicatar os ânimos, e para alimentar este clima de medo e de perseguição de quem anda a pesquisar os computadores, a ler nas pastas, a ver o que pode encontrar que possa fazer mal a quem esteve na Câmara Municipal. ***

Continuou a sua intervenção lavrando o seu mais veemente protesto por esta circunstância, lamentado que seja este o caminho que o executivo tem para fazer vingar as suas ideias, ideias que não tem, porque se vai avançar, por exemplo, com a Feira do Vinho Verde que é uma conquista dos Paivenses e do executivo que há doze anos iniciou este evento. ***

Como não há iniciativa, não há obra, disse, tenta-se silenciar quem pensa de forma diferente. ***

Finalizou dizendo ao Sr. Presidente que faz um ano que solicitou os documentos que consubstanciam a obra que fez, e a ocupação que fez, de um terreno privado na entrada da Vila e que, até à data, ainda não entregou. É a última vez que fala desta situação em reunião de Câmara, referindo que irá dar outros passos caso os documentos não lhe sejam entregues na próxima reunião. ***

O Vereador Paulo Teixeira usou da palavra para dizer que em primeiro lugar, relativamente aos documentos que lhe foram entregues, vai ter de os analisar mas que, não estão todos os que tinha solicitado, nomeadamente, os que tinha pedido na última reunião e que não foram entregues. ***

Perguntou para quando a consulta dos processos da empresa “Fialpa”, conforme tinha solicitado? ***

Perguntou o que se passa com as actas da reunião municipal, porque vai haver uma sessão da Assembleia Municipal em Junho, e há uma acta importante relativa à alteração do quadro de pessoal, pensa que os membros desse órgão vão querer saber o que se passou na reunião de Câmara, e ainda não aprovaram essa acta? ***

Informou a Câmara de que foi arquivado o processo judicial que lhe foi movido pelo Dr. António Gouveia Coelho. ***

Perguntou, e queria obter cópias, do ponto de situação do processo de contra-ordenação da fracção de estacionamento do edifício “Bela-vista”, em Sobrado? ***

Em relação ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, gostaria de saber o ponto de situação do processo dos penedos de S. Domingos? ***

Quantas reuniões do Conselho Municipal de Segurança e da Protecção Civil se realizaram em 2010 e 2011, e quais os principais assuntos abordados? ***

Em relação ao processo nº. 46/2010, de uma casa no Pejão ocupada por António Francisco Vieira Rodrigues, gostaria que o executivo fizesse um ponto de situação deste processo na próxima reunião de Câmara. É uma situação de saúde pública grave perto da casa do Senhor Vereador do Urbanismo. ***

Disse que o Sr. Presidente da Junta da Raiva, em entrevista ao Jornal “O Paiva” em 2010, referiu que ainda não estava localizada a ETAR de Pedorido, e gostava que fosse em Oliveira do Arda por causa da Escola EB 2/3. Perguntou se já há a localização desta ETAR? ***

No que concerne ao saneamento em Real, disse que gostaria de saber qual a alternativa, uma vez que, a “SIMDOURO” diz que não vai fazer nenhuma ETAR em Real? ***

Uma vez que o único terreno adquirido para a Zona Industrial da Cruz da Carreira até hoje, que saiba, foi em Julho de 2010, ao Sr. Constantino Ferreira, gostaria que o Sr. Presidente lhe dissesse se já há mais algum terreno adquirido? ***

Perguntou qual o ponto de situação em relação à barca de Pedorido?

Questionou sobre qual o ponto de situação da providência cautelar apresentada pelos feirantes? ***

Perguntou se o Município recebeu nos últimos 3 meses um pedido de informações da ASAE? ***

Em relação aos honorários que a Câmara se viu obrigada a pagar por causa da SCUTT do grande Porto, perguntou se já se tinha feito o

pagamento? E se sim, que gostaria de ter cópia do processo administrativo. ***

Disse também que continua a constar como Presidente da Direcção da Academia de Música, e Presidente da A.P. de Castelo de Paiva, e que gostaria que a Câmara actualizasse estas duas situações junto do Ministério da Finanças. ***

Pedi para haver algum cuidado em relação às notas de imprensa, porque no passado dia 7, saíram 6 notas de imprensa da Câmara de Castelo de Paiva, e depois cometem-se alguns erros. A fotografia do Cais no Castelo que aparece na nota de imprensa, é a mesma que fizeram na sua nota de imprensa de 2009.08.26, e gostaria de dizer que a Sra. Secretária de Estado Ana Paula Vitorino, que esteve em funções até 2009, os convidou para uma cerimónia pública e disse publicamente que "...a obra se encontra aprovada pelo programa operacional respectivo...". ***

Nesse dia, continuou, foi-lhes dito publicamente que a verba que estava em PIDDAC era de € 2.472.500,00, e agora é aprovado um contrato de financiamento de € 1.800.000,00. Disse ainda que existe uma acta de uma reunião realizada no início do ano de 2009, em Lisboa, em que a Câmara Municipal de Castelo de Paiva ia fazer um contrato de gestão para a área de jurisdição do IPTM. ***

Lamenta profundamente, como Munícipe, como Vereador, e como alguém que reclamou aquela obra muitos anos para este concelho, que o Sr. Presidente da Câmara de Castelo de Paiva tenha feito figura de corpo presente na cerimónia que decorreu em Arouca, e não tenha sido convidado pelas entidades respectivas a proferir umas palavras, porque quem vai gerir aquele espaço depois de ele estar pronto vai ser a Câmara Municipal. ***

Referiu que a Câmara Municipal vai dar terreno para que aquele espaço possa ser feito, vai ser feito um contrato de gestão, e não tiveram a dignidade de convidar o Sr. Presidente da Câmara de Castelo de Paiva a proferir umas palavras. ***

Há uma diferença de € 600.000,00 entre Setembro de 2009 e Junho de 2011, e como tal gostaria que o Sr. Presidente da Câmara lhe dis-

sesse o que foi retirado daquele projecto, porque na nota de imprensa está a fotografia do estudo prévio tal qual o que aprovaram aqui, e que a Sra. Secretária de Estado deu como aprovado? ***

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para relativamente à intervenção do Vereador Rui César dizer que o regimento existe, e não é para fazer figura decorativa. Não se trata de retirar a palavra a ninguém, trata-se de impor regras, porque julga que era uma coisa que não existia, e chegou a hora de o fazer de forma a ter alguma ordem e organização no modo como decorrem as reuniões do executivo municipal. ***

Disse não estar à espera que o Vereador Rui César venha dar elogios à sua governação, mas também não recebe dele lições de boa gestão em função dos erros graves que foram praticados na Câmara Municipal. ***

Trata-se de impor regras inscritas num documento aprovado na primeira reunião do executivo municipal. ***

Quanto aos documentos que solicitou, disse que se vai para tribunal, ou para outras instâncias é um direito que lhe assiste. ***

Relativamente às pesquisas aos computadores, ao fazer mal, não quis tecer comentários sobre isso. ***

No que concerne às inúmeras questões colocadas pelo Vereador Paulo Teixeira, e em relação aos documentos que estão em falta, pediu para que dissesse quais são. ***

Quanto à questão da consulta dos processos, pediu ao Vereador Paulo Teixeira para que em conjunto com o Gabinete de Apoio ao Presidente, articula-se uma data para fazer a consulta, de acordo com o que foi feito noutras circunstâncias. ***

No que diz respeito aos penedos de S. Domingos, disse que no processo foi colocada a declaração de alerta, para que se implementasse um plano de modo a que a verba que está em Orçamento de Estado, e que está neste momento na posse do Governo Civil, possa ser libertada para que o Município possa fazer a intervenção. Até ao momento ainda não houve a libertação dessa verba. ***

Para actuar neste caso, disse que fizeram todos os procedimentos que as autoridades lhes solicitaram, e é uma premência que esta situação se resolva rapidamente. ***

Quanto ao processo do Sr. António Vieira Rodrigues, o mesmo será facultado pelo Sr. Vereador. ***

Relativamente à localização da ETAR, referiu julgar que ficou praticamente no mesmo local que estava inicialmente previsto. ***

No que concerne ao saneamento em Real, disse ainda não haver qualquer indicação da parte da “SIMDOURO” para assumir este investimento. Da parte da Câmara Municipal, estão a estudar uma alternativa para solucionar esse problema que já se arrasta há muitos anos.

Quanto à barca de Pedorido, fez-se uma candidatura com os Bombeiros Voluntários, no entanto, não havia medida de apoio prevista no âmbito do PRODER que pudesse contemplar este investimento. ***

Em relação à questão dos Feirantes, referiu que houve uma providência cautelar entreposta pela Associação de Feirantes, e que naturalmente, por força dessa acção, inviabilizou que o processo pudesse avançar conforme estava previsto. ***

Quanto à questão levantada sobre a A.P. e a Academia de Musica, nomeadamente, sobre o facto de o Vereador ainda constar no Ministério das Finanças como Presidente da Direcção destas instituições, disse que o Vereador tem de colocar a questão na Academia de Música, que é um órgão autónomo à Câmara Municipal, para pedir que façam essa alteração. ***

Relativamente ao pagamento, e fornecimento de cópias do processo administrativo da SCUTT, pediu para que fizesse o pedido por escrito para o endereçar aos serviços e obter as informações solicitadas. ***

No que diz respeito ao Cais do Castelo, e da nota de imprensa, e da iniciativa que ocorreu em Arouca, a imagem que foi encontrada pelo Gabinete de Imprensa foi a que provavelmente existia cá na casa. Disse não o preocupar a questão protocolar ocorrida em Arouca, o que o preocupa é o investimento que é importante e significativo para o concelho. O que importa, referiu, é que as condições de vida das pessoas melhorem. ***

Salientou ainda que fizeram um investimento muito avultado na EM 504, a estrada está aberta ao tráfego, e não fizeram qualquer inauguração. ***

Concluiu a sua intervenção dizendo que estão a fazer uma coisa que nunca fizeram no passado, que é facultar documentos, dar informações. No passado teve muitas dificuldades em obter certas informações, desde processos judiciais que foram movidos a si e a toda a comissão política do partido socialista. ***

O Vereador Rui César usou da palavra para dizer que queria que ficasse em acta que o Sr. Presidente apelidou o período antes da ordem do dia como "...não venho para aqui perder tempo com certas questões...". O Sr. Presidente da Câmara apelida o período antes da ordem do dia, as intervenções dos Vereadores com "...perder tempo...". ***

Pedi também que ficasse em acta que não disse, foi o Sr. Presidente da Câmara que disse, que iria para tribunal pedir os documentos. Referiu que não disse isso, e portanto, é abusivo da parte do Sr. Presidente da Câmara estar a dizer que vai recorrer a tribunal para ter os documentos que suportam o investimento que a Câmara fez na entrada da Vila, que não se sabe como foi feito, por quem e a que custo, e a ocupação de um terreno que é particular. ***

Disse ainda que se referiu a buscas nos computadores, foi porque o Sr. Presidente da Câmara na última reunião de Câmara o referiu e não concretizou aquilo que insinuou, e portanto, leva-nos a pensar que se disse que encontrou documentos, sejam eles quais forem, e os membros da oposição perguntaram quais foram os documentos, e qual o computador, foi por isso que disseram que andam claramente a vasculhar computadores. ***

São três questões factuais, disse, que gostava que ficasse em acta. Reiterou que se sentem limitados na forma de fazer política, respeitam, mas não concordam, e por isso, vão trazer na próxima reunião de Câmara uma proposta de alteração do período antes da ordem do dia. Isto, disse, para ver se, democraticamente, a maioria acede em ter tempo e disponibilidade para discutir os assuntos que, não sendo

da vontade da maioria, são aqueles que os munícipes lhe pedem para solicitar, e têm a obrigação política de os levantar aqui, sendo certo que, a maioria dos Paivenses não votou neste executivo. ***

Finalizou a sua intervenção dizendo que desde já faz um requerimento para que na próxima reunião de Câmara se inscreva um ponto que é: “Alteração do Regimento das Reuniões de Câmara”, no sentido de aumentar o tempo de participação dos Vereadores da oposição no período antes da ordem do dia. ***

O Vereador Paulo Teixeira interveio novamente para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que além de limitar o tempo de intervenção, não responde às perguntas que lhe formulou. ***

Disse que lhe falou das actas e não respondeu. ***

Disse que na última reunião o Sr. Presidente da Câmara lhe tinha pedido para dizer o número de páginas das fotocópias do edifício “Belavista”, e agora voltou a pedir o mesmo. ***

Relativamente ao Cais do Castelo, perguntou quais os investimentos que vão deixar de ser feitos no projecto, e não respondeu, disse. ***

Fez duas perguntas directas ao Sr. Vice – Presidente, e o Sr. Presidente da Câmara não o deixou falar, nem respondeu à segunda questão, disse. ***

Que perguntou também quantas reuniões do Conselho Municipal de Segurança e da Protecção Civil se realizaram em 2010 e 2011, e quais os assuntos abordados. ***

Sobre a questão da mudança na A.P. e da Academia de Música, disse que é o Sr. Presidente da Câmara que tem de mandar a carta para o Ministério das Finanças. ***

Disse que também não respondeu à pergunta que fez sobre quantas cartas recebeu da ASAE. ***

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara disse que se não respondeu a algumas perguntas foi porque eram muitas, e pediu para que o Vereador Paulo Teixeira as reduza a escrito, porque tem muito gosto em responder às perguntas formuladas. Referiu que não vem para as reuniões com todos os elementos necessários para responder a todas as perguntas. ***

O Vereador Rui César interveio novamente para referir que todas as questões que formularam e que não foram respondidas, quer também que sejam introduzidas na próxima reunião de Câmara como pontos autónomos. ***

PERÍODO DA ORDEM DO DIA ***

1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento das disponibilidades de tesouraria no dia 8 de Junho de 2011, cujo saldo totaliza a quantia de 2.431.752,24 euros. ***

2. – COMISSÃO DE ZONAMENTO DO PATRIMÓNIO. INDICAÇÃO DE INTERLOCUTOR DO MUNICÍPIO.

Na sequência do protocolo estabelecido entre o Ministério das Finanças e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito da reforma da tributação sobre o património, e com vista à sua revisão, esta Associação solicita a indicação de um técnico para servir de interlocutor do Município, junto dos serviços locais da Direcção Geral dos Impostos e os coadjuvar, nomeadamente na fixação do zonamento. ***

O Vereador Paulo Teixeira usou da palavra para dizer que, uma vez que na apresentação do ponto em discussão, o Dr. André Pimenta, secretário da reunião, referiu que a interlocutora a indicar seria a Chefe da DPUH, Eng. Manuela Maria Gomes Moreira, gostaria de saber quando foi nomeada Chefe da DPUH, de ter acesso ao despacho de nomeação, e de saber quem era o anterior representante do Município? ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que terá de ver o despacho para saber a data da nomeação, que está publicado, ou estará para publicação em Diário da Republica, e que não sabe quem era o anterior interlocutor do Município, tendo perguntado ao Dr. André Pimenta se este sabia? ***

O Dr. André Pimenta respondeu, era a Eng. Manuela Maria Gomes Moreira. ***

RO. 9 Junho 2011.

O Vereador Paulo Teixeira interveio novamente para perguntar se o despacho já foi publicado, ou está para publicação, quando é que deixou de exercer funções o último Chefe da DPUH, em que dia? ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que é uma questão de ver na data do despacho, mas que foi há poucos dias. ***

O Vereador Paulo Teixeira perguntou se foi depois da última reunião de Câmara? ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que sim. ***

O Vereador Paulo Teixeira solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que na próxima reunião de Câmara trouxesse cópia do despacho de nomeação, assim como, outros despachos que tenha havido neste intervalo, porque nem sequer a Câmara teve conhecimento desta nomeação. ***

Disse ainda, que o Sr. Presidente da Câmara tem de saber que há coisas que tem de trazer ao conhecimento da Vereação. ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que trará os despachos para conhecimento dos Senhores Vereadores. ***

O Vereador Paulo Teixeira disse então que votava contra, porque não está para pactuar com uma situação de ilegalidade. O Sr. Presidente da Câmara, antes de trazer este ponto à reunião de Câmara, nem que fosse nos despachos proferidos em uso de competência delegada, deveria ter incluído os despachos neste ponto 2, se é que os vai trazer, referiu. ***

Em alternativa, sugeriu que se retirasse o ponto da discussão e o agendasse para a próxima reunião de Câmara.***

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dizer que se o Vereador Paulo Teixeira tinha anteriormente votado favoravelmente a indicação da Sra. Eng. Manuela para esta função, qual é o problema em o fazer agora? ***

O Vereador Paulo Teixeira respondeu que o problema é que o Sr. Presidente da Câmara tem competências delegadas pelo executivo que tem de trazer ao conhecimento do mesmo. ***

O Sr. Presidente da Câmara perguntou qual era o problema em trazer os despachos mais tarde? ***

RO. 9 Junho 2011.

O Vereador Paulo Teixeira respondeu que era uma questão de coerência, e reiterou que se não se retirar o ponto da ordem de trabalhos votava contra. ***

O Sr. Presidente da Câmara perguntou então se todos os membros do PSD votavam contra ou se, era só o Vereador Paulo Teixeira a fazê-lo? ***

O Vereador Rui César respondeu que também votavam contra porque lhe parecia que havia algo que não estava bem explicado. O Sr. Presidente da Câmara faz um despacho de nomeação e não dá conhecimento ao órgão Câmara? ***

Disse ainda que o Sr. Presidente da Câmara pode responder quem nomeou, quando nomeou, e o assunto fica resolvido. Não sabiam era que a DPUH tinha uma nova chefe de Divisão. ***

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para esclarecer que o que estava a ser votado era o elemento a indicar pela Câmara Municipal como elemento da Comissão de Zonamento e Património. O elemento que anteriormente já tinha sido indicado tinha sido a Eng. Manuela, enquanto técnica superior. O ser ou não ser chefe, disse, não tem relevância para o ponto que estava a ser votado. ***

O Vereador Rui César interveio novamente para dizer que foi exactamente isso que tinha dito. A questão que colocam, e que o Vereador José Manuel Carvalho não respondeu, disse, é a de saber como e quando é que foi nomeada, e se, mais alguém foi nomeado? O eventual voto contra, continuou, seria em protesto pelo "...quero, posso e mando..." deste executivo em permanência. As justificações que o Sr. Presidente na Câmara dá são para o povo de Castelo de Paiva. ***

O Sr. Presidente da Câmara disse não haver mal nenhum em questionar, e como não tem nada a esconder, pediu ao Dr. André Pimenta para, junto do seu secretário, obter cópia dos despachos de nomeação, o que foi feito. ***

Tendo tomado conhecimento dos despachos de nomeação, o Vereador Paulo Teixeira fez de seguida a seguinte intervenção em nome dos membros do executivo Social-democrata: ***

- “Os Vereadores do PSD, informados pelo Técnico Superior que secretaria a reunião, Chefe de Divisão desde 31 de Maio, Dr. André Pimenta, de que o interlocutor para a Comissão de Zonamento e Património seria a Chefe da DPUH, Eng. Manuela Maria Gomes Moreira, pessoa que representava a Câmara mas como Técnica Superior deste Município, perguntamos ao Sr. Presidente da Câmara quando tinha sido nomeada Chefe de Divisão? ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que tinha sido há alguns dias atrás, que até já tinha ido, ou ia, para publicação em Diário da Republica, e disse também que já tinha sido depois da última reunião de Câmara. ***

Aquilo que os Vereadores do PSD perguntaram era se isto não tinha de vir ao conhecimento da Câmara, uma vez que, se trata de uma competência delegada, e propusemos a alteração do ponto 9 designado “Despachos Proferidos no Uso da Competência Delegada”, para antes do ponto 2, para que em termos administrativos, esta situação tivesse consistência. ***

Colocada a questão ao Sr. Presidente da Câmara, verificou-se que este assunto também não estava colocado nos despachos proferidos em uso de competência delegada. ***

Naturalmente, temos de respeitar a opinião do Sr. Presidente da Câmara, mas consideramos que os despachos proferidos no uso da competência delegada têm de vir sempre a reunião de Câmara. Mesmo assim, e para tentar ultrapassar esta questão, o Sr. Presidente da Câmara mandou o secretário da reunião ir buscar os despachos ao seu gabinete. ***

Primeiro:

Face a estes documentos agora apresentados, não nos opomos à indicação do nome da Eng. Manuela Maria Gomes Moreira, como representante do Município junto da Comissão de Zonamento e Património, mas lamentamos, e colocamos a questão, se este foi um

caso, não sabemos se outros que são de competência delegada estão ou não a vir a reunião de Câmara. ***

Queríamos que ficasse em acta que estes despachos só nos foram presentes porque nós questionamos o Sr. Presidente da Câmara, e não porque estavam na ordem de trabalhos nos despachos proferidos em uso de competência delegada. ***

Soubemos também nesta reunião de Câmara que, com este despacho de 31 de Maio, o Sr. Presidente da Câmara promoveu a abertura de procedimento concursal necessário ao recrutamento, selecção e provimento do cargo de dirigente referido neste despacho. ***

Isto é o que nos oferece dizer neste momento.” ***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, indicar a Chefe da DPUH, Eng^a. Manuela Maria Gomes Moreira, para servir de interlocutor do Município. ***

3. – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS.

Sobre o prolongamento do horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, a Secção de Taxas informou: “Presente os requerimentos de Pereira Rodrigues & Santos, Lda. – Discoteca Autarquia, e de Brochado & Gomes, Lda. – Discoteca Canastro, nos quais solicitam o alargamento do horário de funcionamento dos seus estabelecimentos comerciais até às 6 horas. ***

O Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços, aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 29/04/2011, refere na alínea c) do artigo 3.º que aquele tipo de estabelecimentos (tipo III) “podem funcionar entre as 6.00 e as 04.00 horas do dia imediato, todos os dias de semana”.

O artigo 5.º do Regulamento supra citado refere que a requerimento do interessado, a Câmara Municipal pode alargar os limites fixados no artigo 3.º. ***

Assim, e nos termos da alínea b) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 48/96 de 15 de Maio, através dos ofícios (anexos) n.º 2795 ao n.º 2801 de 4 de Maio e ofício n.º 3227 de 24/05/2011, foi pedido às entidades abaixo mencionadas que se pronunciassem, por escrito e no prazo de 10

dias, sobre o alargamento do período do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços (“clubes, cabarets, boîtes, dancings, casas de fado e estabelecimentos análogos ...”), referidos no n.º 4 do artigo 1.º daquele diploma e no artigo 5.º do Regulamento Municipal aplicável, até às 6.00 horas: ***

- Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva; Deco – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor; Associação Portuguesa de Direito de Consumo; Sindicato de Trabalhadores e Técnicos de Serviços; Sindicato Independente do Comércio e Serviços; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e S. do Norte; Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal – CESP; Posto da Guarda Nacional Republicana de Castelo de Paiva e a Junta de Freguesia de Sobrado. ***

Apenas se pronunciaram (ofícios anexos): - A Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva, através da sua carta ref.ª 308.05.2011, deu parecer favorável ao alargamento do horário; ***

- A DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, através da sua carta ref.ª PARC-000168-2011, refere que “cabe às câmaras municipais decidir qual o período de funcionamento dos estabelecimentos, devendo ter em conta diversos requisitos ...”. ***

- O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte, através do seu ofício datado de 05/05/2011, informa que “nada tem a opor ao alargamento do horário de funcionamento ... se condicionado aos dias de sexta-feira, sábado e véspera de feriado”. ***

O Decreto-Lei acima referido não faz qualquer menção ou obrigatoriedade de pedido de parecer às forças policiais do Concelho, mas entendeu-se, conforme exarado no Regulamento Municipal, que se deveria consultar. Essa autoridade, Guarda Nacional Republicana - G.N.R., através do seu ofício ref.ª 1837 de 26/05/2011 (anexo) informa que a sua opinião não é favorável ao alargamento de horário. ***

A Junta de Freguesia de Sobrado, até à presente data, não se pronunciou. Com a consulta às entidades supra citadas (que não se

opõem ao alargamento de horário) foi cumprido o disposto no artigo 3.º do Dec.-Lei n.º 48/96 de 15 de Maio, e do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços. Com o alargamento do horário, os estabelecimentos do tipo III passariam a funcionar com carácter de permanência (funcionamento contínuo), que não lhes é concedido pela aplicação do artigo 7.º do Regulamento supra referido. Assim sendo, poderá ser fixado o período de funcionamento entre as 12.00 e as 6.00 horas. ***

Relativamente a este ponto, o Vereador Paulo Teixeira referiu que os membros da oposição não se opunham à aprovação do mesmo, no entanto, convém articular com a GNR, uma vez que, esta entidade diz ter muitas queixas e denúncias. ***

Disse ainda gostar de ver este assunto debatido, uma vez que, estão lá todas as entidades daqui do concelho, na próxima reunião do Conselho Municipal de Segurança. ***

Analisado o assunto a Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços do tipo III, entre as doze horas e as seis horas. ***

O Vereador Rui César retirou-se da reunião a partir deste ponto.

4. – BOLSAS DE ESTUDO AO ENSINO SUPERIOR PARA O ANO LECTIVO DE 2010/2011.

Retirado.

5. - OBRAS MUNICIPAIS.

5.1 – ZONA INDUSTRIAL DE CRUZ DA CARREIRA. EDIFÍCIO SEDE.

Retirado este ponto.

5.2 – REMODELAÇÃO DE ARRUAMENTOS URBANOS. RUA EMÍDIO NAVARRO – SOBRADO. ABERTURA DE PROCEDIMENTO.

Presente a seguinte informação do Coordenador da Divisão de Obras Municipais e Ambiente: “A fim de se dar cumprimento ao art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos deverá a Câmara Municipal autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, cujo preço base é

426.217,27, (quatrocentos e vinte e seis mil, duzentos e dezassete euros e vinte e sete cêntimos. ***

Face ao preço base, o procedimento a adoptar é o Concurso Público, obedecendo ao estipulado na alínea b) do art.º 19.º do CCP. ***

Apresenta-se para aprovação do órgão competente (Câmara Municipal), as peças do procedimento (caderno de encargos e programa).

Deverá o órgão municipal designar o Júri para conduzir o procedimento, que deverá ser composto, em número ímpar, por um mínimo de três membros efectivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes. ***

Mais, deve ser designado o órgão competente para prestar esclarecimentos (competência esta que pode ser delegada no Júri do procedimento), de acordo com o n.º 2 do art.º 69.º do CCP. ***

O Vereador Paulo Teixeira usou da palavra para dizer que os membros da oposição não tinham nada a opor desde que, estes projectos não tenham sido alterados, conforme os estudos prévios aprovados quando ainda o actual Sr. Presidente da Câmara era Vereador, tendo-lhe colocado esta questão. ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que no essencial não há grandes alterações. ***

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para dizer que na Avenida General Humberto Delgado, há uma alteração mínima que tem a ver com a criação da ciclo via que vai vir pelo Bairro Social e vai descer a Rua do Bombeiros e atravessar para a Quinta do Pinheiro. ***

Em função da informação acima transcrita, a Câmara pronunciou-se do seguinte modo:

a) APROVAÇÃO DO PROJECTO

A Câmara Municipal deliberou, através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar o projecto; ***

b) ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO.

A Câmara Municipal deliberou, através de votação nominal de que resultou unanimidade, autorizar a despesa, proceder à abertura de concurso público, aprovar o programa de concurso e caderno de encargos, designar para o júri do procedimento Dr. Adão Santos que

presidirá, Eng^a. Adelma e Dr^a. Elisabete Fontes, vogais, Eng^o. Aires Esteves e o Dr. André Pimenta, suplentes, e delegar neste jurí a prestação de eventuais esclarecimentos que sejam solicitados. ***

5.3 – REMODELAÇÃO DE ARRUAMENTOS URBANOS. AVENIDA GENERAL HUMBERTO DELGADO E RUA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS.

Presente a seguinte informação da Eng^a. Adelma Silva com a descrição sumária do projecto:

Avenida General Humberto Delgado:

“A área de intervenção do presente estudo liga o Largo do Conde com a Rua Mário Sacramento (antiga EN 222).***

A solução adoptada para a via, tendo em atenção todos os factores intervenientes, resulta de uma plataforma com uma largura média de 16, 00 m, com duas faixas de rodagem de 3,5 m de largura separadas por um separador central com 1, 0 m. Lateralmente haverá baias de estacionamento longitudinal com 2,0 m seguidas de passeios também com 2, 0. ***

Todas as infra-estruturas necessárias ao correcto desempenho técnico da rua foram previstos, nomeadamente a drenagem de águas pluviais, drenagem de águas residuais, abastecimento de água e iluminação pública. ***

Rua dos Bombeiros Voluntários: - A área de intervenção do presente estudo liga a Rua General Humberto Delgado com a Rua José Estevão (antiga EN 222). ***

A solução adoptada para a via, tendo em atenção todos os factores intervenientes, resulta numa plataforma com uma largura de 8,00 m, com faixa de rodagem com uma dimensão transversal de 5, 0 m ladeada de passeios de ambos os lados com 1, 50 m de largura. No terreno desocupado a seguir ao Quartel dos Bombeiros prevê-se a instalação de uma baía de estacionamento longitudinal com largura de 2,0 m no mínimo, pelo que nesta zona a plataforma terá uma largura de 10, 0 m. ***

Todas as infra-estruturas necessárias ao correcto desempenho técnico da rua foram previstos, nomeadamente a drenagem de águas plu-

viais, drenagem de águas residuais, abastecimento de água e iluminação pública.***

Faz parte de toda a documentação técnica relativo aos projectos supra referidos, os respectivos termos de responsabilidade do projecto de execução, dos projectos de especialidades, do Plano de Segurança e Saúde e do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.***

Também se encontra anexa Declaração onde consta o cumprimento do Artigo 43º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, bem como da Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho. ***

No seguimento da informação técnica reproduzida, presente também a informação do Coordenador da Divisão de Obras Municipais e Ambiente: “A fim de se dar cumprimento ao art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos deverá a Câmara Municipal autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, cujo preço base é 488.626,24, (quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e seis euros e vinte e quatro cêntimos), 365.473,60 € e 123.152,64 e respectivamente. ***

Face ao preço base, o procedimento a adoptar é o Concurso Público, obedecendo ao estipulado na alínea b) do art.º 19.º do CCP. ***

Apresenta-se para aprovação do órgão competente (Câmara Municipal), as peças do procedimento (caderno de encargos e programa).

Deverá o órgão municipal designar o Júri para conduzir o procedimento, que deverá ser composto, em número ímpar, por um mínimo de três membros efectivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes.***

Mais, deve ser designado o órgão competente para prestar esclarecimentos (competência esta que pode ser delegada no Júri do procedimento), de acordo com o n.º 2 do art.º 69.º do CCP. ***

A Câmara pronunciou-se do seguinte modo:

a) APROVAÇÃO DO PROJECTO.

A Câmara Municipal deliberou, através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar o projecto; ***

b) ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO.

A Câmara Municipal deliberou, através de votação nominal de que resultou unanimidade, autorizar a despesa, proceder à abertura

de concurso público, aprovar o programa de concurso e caderno de encargos, designar para o jurí do procedimento Dr. Adão Santos que presidirá, Eng^a. Adelma e Dr^a. Elisabete Fontes, vogais, Eng^o. Aires Esteves e o Dr. André Pimenta, suplentes, e delegar neste jurí a prestação de eventuais esclarecimentos que sejam solicitados. ***

6- OBRAS PARTICULARES.

Retirado este ponto.

7- LOTEAMENTOS URBANOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

7.1 – ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO URBANO NÚMERO 10/95.

Presente processo 27/2011, em nome de Mónica Marlene da Cruz Santos, relativo à alteração das áreas iniciais de implantação e construção. Os serviços informam: “A proprietária do lote número 8, a que corresponde o alvará de loteamento 10/95, solicita alteração no que concerne às áreas iniciais de implantação – 120 m² e de construção – 240 m², que passaram para 197,10 m² e 365 m², respectivamente. A requerente veio ao processo dar cumprimento à informação anterior, no que diz respeito à configuração do lote. Pelo exposto e no seguimento das informações anteriores os serviços propõem a aprovação da proposta de alteração ao alvará de loteamento. Mais se informa que nos termos do artigo 27º. do DL.555/99, de 16 de Dezembro, a presente alteração da licença de alteração de operação de loteamento é precedida de consulta pública.” ***

Analisado o processo a Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar a alteração ao lote número oito, a que corresponde o alvará de loteamento número 10/95, nos termos da informação. ***

7.2 – ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO URBANO NÚMERO 1/99.

Presente o processo 9/2011, em nome de Vítor Manuel Mendes de Jesus, relativo à alteração das áreas iniciais de implantação e construção. Os serviços informam: “O proprietário do lote nº.15, a que corresponde o alvará de loteamento 1/99, solicita alteração no que concerne às áreas iniciais de implantação – 120 m² e de construção –

240 m2, que passaram para 160 m2 e 310 m2, respectivamente. Face aos novos elementos apresentados, propõe-se a aprovação da alteração ao alvará de loteamento. Deverá a presente alteração ser submetida a apreciação pública, nos termos do DL. 555/99, de 16 de Dezembro.” ***

Analisado o processo a Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar a alteração ao lote número quinze, a que corresponde o alvará de loteamento número 1/99, nos termos da informação. ***

7.3 – ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO URBANO NÚMERO 2/2000.

Presente o processo 65/2011, em nome de Nautilus – Industria e Comércio de Mobiliário, SA., relativo à alteração na configuração da implantação do lote nº.2 da Zona Industrial de Felgueiras – Sobrado, que mereceu a seguinte informação técnica: “A proposta de alteração ao alvará de loteamento incide na configuração da implantação que inicialmente era de 30*90 e a proposta é de 25*106. Decorrido o prazo de pronúncia concedido aos proprietários dos lotes constantes do alvará, não foi apresentada qualquer oposição, pelo que é proposto a sua aprovação.” ***

Analisado o processo a Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar a alteração ao lote número dois, a que corresponde o alvará de loteamento número 2/2000, nos termos da informação. ***

8- SUBSÍDIOS E APOIOS A DIVERSAS ENTIDADES.

8.1 – ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVA DE S. GONÇALO DE NOJÕES.

O Vereador José de Carvalho apresentou a seguinte proposta: “A Associação em título, vai realizar no próximos dias 10, 11 e 12 de Junho as tradicionais festas em honra de S. Gonçalo em Nojões. Face aos poucos recursos financeiros que detém, e querendo assegurar as condições de salubridade do espaço envolvente, solicita à Câmara a colocação e instalação de casas de banho móveis.” ***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, proceder à colocação de uma casa de banho móvel, durante aquele período. ***

8.2 – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE CASTELO DE PAIVA.

À semelhança de anos anteriores, o Agrupamento em título vai promover a edição da revista “Segmentos”, onde são realçados os principais acontecimentos da comunidade escolar, durante o ano lectivo, entre outros assuntos de opinião. ***

Como ajuda e para minorar os encargos associados à publicação é proposto a atribuição do subsídio de 250 euros. ***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio de duzentos e cinquenta euros, para a edição da revista. ***

8.3 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E MUSICAL DE FORNOS.

O Vereador José de Carvalho propõe a atribuição de subsídio no valor de 500 euros à Associação em título, como apoio à realização do encontro de Bandas Musicais que pretende levar a efeito em 3 de Setembro. ***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio de quinhentos euros, para o fim proposto. ***

9- DESPACHOS PROFERIDOS NO USO DA COMPETÊNCIA DELEGADA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos proferidos no uso da competência delegada: Projectos de arquitectura: R.234, R.293, R.342; Projectos de especialidade: R.324, R.326, R.364, R.360, R.363; Pedido de certidão: R.343, R.365, R.340; Alvará: R.328, R.318, R.362, R.369; Comunicação prévia: R.278; Licenciamento: R.135; Averbamentos: R.341, R.384, R.372; Licença de ruído: R.2156, R.2159, R.2470, R.2502, R.2622, R.2624; Licença para festa: R.2157, R.2158, R.2471, R.2503, R.2623, R.2625; Cancelamento de ocupação de lugar na feira: R.1937, R.2523; Concessão ocupa-

ção da via pública nas festas de S. João: R.2378, R.2434, R.2440, R.2491, R.2495, R.2497, R.2499, R.2500. ***

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presentes na sala:

O Sr. Manuel Fonseca interveio para dizer que na penúltima reunião de Câmara fez uma intervenção no período destinado ao público que tocou em alguns pontos, fez algumas perguntas, e que, o Sr. Presidente da Câmara, não sabe se é assim porque não conhece o regulamento, não deu resposta. ***

Não deixou de observar, disse, que deu resposta ao ex. Presidente de Câmara, Dr. Paulo Teixeira, que também interveio enquanto público.

Disse que a ele não deu resposta, talvez subestimando aquilo que disse, mas isso não lhe faz diferença nenhuma. É uma pessoa que está de cara levantada, e portanto, ninguém o silencia. ***

Em democracia, referiu, tudo tem uma resposta. A democracia foi dada às pessoas para puderem falar livremente e expressar livremente as suas ideias, desde que o façam com educação. ***

Relativamente à última reunião de Câmara, disse que foi deplorável aquilo que viu e ouviu, porque nunca pensou que em democracia se pudesse silenciar pessoas, principalmente quando essas pessoas fazem parte do executivo e foram questionadas diversas vezes para puderem falar. ***

Disse referir-se em concreto à figura do Sr. António Rodrigues, porque relativamente à Dra. Judite não falou com ela, e portanto, não conhece o seu pensamento. ***

Relativamente ao Sr. António Rodrigues, sabe as conversas que teve com ele, e aquilo que ele lhe disse, e portanto, provavelmente ele não falou porque o Sr. Presidente da Câmara não queria ouvir a verdade do Sr. António Rodrigues. ***

Continuou, referindo que o Sr. António Rodrigues lhe tinha dito que a alteração de quadro de pessoal decorria da lei mas que, não concordava com a forma como estava a ser feita. E sendo uma pessoa séria, não poderá desmentir aquilo que acabou de dizer. ***

Sobre a aprovação da obra na Rua dos Bombeiros, referiu que notou que o Vereador José Manuel Carvalho deu a entender que não conhecia o assunto. Desde que o executivo municipal tomou posse, disse, ele próprio e o Presidente da Direcção estiveram numa reunião com o executivo em permanência, e essa questão foi colocada e foram vistas as actas onde o Sr. ex. Presidente de Câmara deu conhecimento ao novo executivo. ***

Salientou esperar que a Câmara assuma as responsabilidades que tem para com os Bombeiros, que foi isso que o Dr. Paulo Teixeira quis deixar ficar, porque foi uma responsabilidade dele, e do seu executivo, que quis transmitir ao novo executivo que disseram querer cumprir. Se não quiserem cumprir, referiu, paguem aquilo que devem aos Bombeiros e não há problema nenhum. ***

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para, em relação à intervenção anterior, corrigir aquilo que teria sido dito por si na reunião, ou seja, não pôs em causa o conhecimento do assunto, apenas questionou directamente o Vereador Paulo Teixeira sobre se existia alguma deliberação relativa ao que estava a dizer. ***

Usou também da palavra o Sr. José Adelino Nunes, residente em Gração, para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se já tinha novidades sobre o transporte de apoio aos doentes, nomeadamente, aos mais necessitados? ***

Relativamente à Rua dos Bombeiros, disse não compreender porque puseram essa rua com dois sentidos. É um erro porque choca com a Cooperativa Paivense, colocando problemas ao trânsito em si. ***

Se é para beneficiar os Bombeiros, disse, os mesmos devem então descer. ***

No que concerne à zona envolvente ao CACE, esta deveria ser embelezada até porque, não há sequer uma passadeira na área, e além disso, os passeios estão ladeados por mato. ***

De seguida, referiu a necessidade de se proceder a uma melhor sinalização quando estão obras a decorrer, de modo a não induzir em erro as pessoas que visitam o nosso concelho. ***

Finalizou a sua intervenção referindo que as excursões que visitam Castelo de Paiva não têm um sítio para merendas. Podiam mandar limpar a Quinta do Pinheiro, porque é um sítio que tem água e mesas para o efeito. ***

Temos de chamar as pessoas a vir a Castelo de Paiva, concluiu. ***

O Dr. Paulo Teixeira usou da palavra para intervir no período destinado à intervenção do público, enquanto cidadão, para dizer que o anterior executivo foi mais uma vez visado na reunião por parte do Sr. Presidente da Câmara. São afirmações que têm de ser desmentidas. ***

O Sr. Presidente da Câmara disse que o Vereador Rui César não era um bom exemplo face à sua gestão autárquica, ou à gestão do PSD na Câmara Municipal. ***

Disse que queria dizer aos Senhores Vereadores, com excepção do Sr. António Rodrigues que na altura era Presidente da Junta da Raiva, que o anterior executivo pagou uma obra nessa Junta de Freguesia com 14 anos. ***

Quando entraram na Câmara Municipal, disse, encontraram milhares de contos de obras por cabimentar, milhares e milhares de contos de obras feitas por lançar a concurso que tiveram de resolver. ***

Referiu não saber quando se fala em boa ou má gestão, se esqueceu daquilo que aconteceu na última gestão do Partido Socialista na Câmara Municipal antes do Sr. Presidente da Câmara entrar. As rendas que não foram aumentadas nos Bairros Sociais, os milhares e milhares de juros perdoados aos empreiteiros, as taxas por cobrar. ***

Por isso, disse, o Sr. Presidente da Câmara tem de ter algum cuidado porque senão, qualquer dia tem de começar novamente a trazer aquilo que apresentaram em 1998 numa Assembleia Municipal, e que, foi alvo de uma auditoria que realizaram quando entraram na Câmara Municipal. ***

Para concluir deu um esclarecimento sobre uma situação que alguns membros da comissão política, pessoalmente já se explicou quando lhe disseram isso, e diz pela última vez ao Sr. Presidente da Câmara.

Quando o Sr. Presidente da Câmara fala em processos judiciais que moveram a toda a Comissão Política do Partido Socialista, a acção foi posta por si, Dr. Paulo Teixeira, contra o Eng. Rui Paiva que na altura era Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista, que foi condenado a pagar mais de 900 contos de indemnização. ***

No decurso do processo, concluiu, uma vez que o Eng. Rui Paiva disse que o documento escrito tinha sido feito por toda a Comissão Política, pediu a um membro dessa Comissão que lhe dissesse quem eram os membros que a compunham, porque teve de os indicar a todos no Tribunal de Castelo de Paiva, sendo certo, que nenhum dos membros subscreveu o documento, tendo sido condenado apenas o Eng. Rui Paiva. ***

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que ainda se lembrava do que despoletou o processo referido pelo Vereador Paulo Teixeira, e que foi a questão do Boletim Municipal e dos custos associados ao mesmo. Esse processo não deu em nada e os membros da Comissão Política não foram responsabilizados. ***

No que concerne à péssima gestão, que no caso, o anterior executivo teve na Câmara Municipal, reiterou todos os comentários que fez. Questões de natureza administrativa e de cabimentação, disse ser melhor não se falar sobre isso senão as facturas dos Bombeiros Voluntários poderão desembocar nessa questão, uma vez que, não estão contabilizadas na contabilidade da Câmara Municipal. ***

Como a Câmara é uma pessoa de bem, continuou, têm dialogado com os Bombeiros Voluntários e quando falam, fazem-no sobre dados concretos e nesse sentido, pediu à contabilidade da Câmara Municipal uma indicação de quanto já pagaram a essa instituição, tendo sido respondido que já pagaram € 50.443,64, isto é, cerca de 33% do que foi pago entre 2001 e 2010. ***

Disse não politizar a sua acção perante as instituições com quem se relacionam. Querem ter um bom relacionamento com todas as instituições do Concelho, incluindo os Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva. ***

RO. 9 Junho 2011.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. José Adelino Nunes, no caso da Rua dos Bombeiros, prevê-se a questão do trânsito em sentido único. ***

Quanto à Quinta do Pinheiro, disse que este executivo já fez várias acções de limpeza daquele local, estando na forja um projecto de acção naquele espaço. ***

Sobre os transportes, é uma questão que tem vindo a ser colocada sistematicamente, e entretanto houve alguns desenvolvimentos em termos de medidas do governo cessante, em que, o próprio médico tem poderes, em função da questão social do doente, para atribuir a credencial de transporte. É uma questão que merece ser acompanhada em função deste último desenvolvimento. ***

Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Manuel Fonseca, não vai esclarecer o que se disse ou deixou de dizer. O que houve foi uma medida adoptada pelo executivo em permanência que sentiram que seria a mais indicada para a reorganização dos serviços da Câmara Municipal, e que foi efectuada com toda a clareza e a aprovação de todos. ***

Disse que não se vai pronunciar sobre questões laterais, porque o que interessa é definir o rumo a seguir em termos de organização dos serviços de acordo com aquilo que é melhor para o concelho. ***

Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 92º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e que vai ser lançada no respectivo livro de actas. ***

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas doze horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada.

E eu, _____, a redigi e subcrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,

RO. 9 Junho 2011.
